

# DO RESSENTIMENTO À ESPERANÇA? UM COMPARATIVO ENTRE AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2018 E 2022 NA CIDADE DO NATAL/RN

*From resentment to hope? A comparison analysis between the 2018 and 2022 Brazil presidential elections in Natal/ RN*

Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN),  
Mossoró, RN, Brasil.

Lindijane de Sousa Bento Almeida  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), Natal,  
RN, Brasil.

Jaylan Marlom Ferreira de Macedo  
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), Natal,  
RN, Brasil.

## Informações do artigo

Recebido em 05/11/2024

Aceito em 12/11/2025

**doi**: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p472-492>

Copyright (c) 2025 Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros; Lindijane de Sousa Bento Almeida; Jaylan Marlom Ferreira de Macedo.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

*Compartilhar* — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

*Adaptar* — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

## Apoio

Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte (FUNCITERN); Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

## Como ser citado (modelo ABNT)

BARROS, Terezinha Cabral de Albuquerque Neta; ALMEIDA, Lindijane de Sousa Bento; MACEDO, Jaylan Marlom Ferreira de. Do ressentimento à esperança? Um comparativo entre as eleições presidenciais de 2018 e 2022 na Cidade do Natal/RN. **Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades**. Salvador/Recife, v. 50, n. 265, p. 472-492, maio/ago. 2025. DOI: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2025.n265.p472-492>

## Resumo

O ressentimento político tem sido marcado, nos últimos anos, pela ascensão de lideranças e de movimentos de extrema-direita no espectro político-ideológico da Europa, América do Norte e América Latina. No Brasil, esse cenário ganhou destaque nas eleições presidenciais de 2018 com a vitória de Bolsonaro, que se tornou o porta-voz de eleitores ressentidos e descontentes com a política, os quais encaravam o futuro do país e da própria democracia com desesperança. Entretanto, a vitória de Lula nas eleições de 2022 trouxe consigo a promessa de novos tempos na política brasileira, o que levanta a questão: essa vitória representa o fim desse ressentimento político? O presente trabalho tem como objetivo traçar, de forma comparativa, o perfil do eleitor ressentido com a política brasileira. Para isso, optamos por analisar uma capital do país, Natal (RN), localizada na região Nordeste. Embora essa região concentre a maior parcela do eleitorado do PT no país, ela tem demonstrado um crescente ressentimento nas últimas eleições. Utilizamos o recurso de mapas para uma imersão espacial nesse fenômeno nos bairros, o que permitiu uma leitura das características gerais do eleitorado. Os dados indicam que a figura de Lula conseguiu penetrar de maneira mais profunda nos bairros da capital do que a de Haddad na eleição de 2018, possivelmente por resgatar nos eleitores ressentidos as memórias de um passado de bonança econômica.

**Palavras-chave:** Democracia. Ressentimento Político. Eleições Presidenciais. Polarização. Brasil.

## Abstract

Political resentment has, in recent years, been marked by the rise of far-right leaders and movements across the ideological spectrum in Europe, North America, and Latin America. In Brazil, this scenario gained prominence during the 2018 presidential elections with Bolsonaro's victory, as he became the spokesperson for resentful voters dissatisfied with politics, who viewed the country's future—and democracy itself—with hopelessness. However, Lula's victory in the 2022 elections brought with it the promise of a new political moment in Brazil, raising the question: does this victory represent the end of such political resentment? This study aims to comparatively outline the profile of voters resentful toward Brazilian politics. To do so, we chose to analyze one of the country's capitals, Natal (RN), located in the Northeast region. Although this region concentrates the largest share of PT voters nationwide, it has shown growing resentment in recent elections. We used mapping tools to allow a spatial immersion into this phenomenon across neighborhoods, which enabled an interpretation of the general characteristics of the electorate. The data indicate that Lula's political figure was able to penetrate more deeply into the city's neighborhoods than Haddad's in the 2018 election, possibly because it revived in resentful voters the memory of a period of economic prosperity.

**Keywords:** Democracy. Political Resentment. Presidential Election. Political Polarization. Brazil.

## INTRODUÇÃO

Ao longo dos anos, tem-se observado a persistente emergência do ressentimento político, que se manifesta como uma sombra a pairar e a refletir-se em diversos setores da sociedade. A política, historicamente, constitui uma arena onde o ressentimento frequentemente encontra espaço para se desenvolver e se expressar. Caracterizado por um profundo sentimento de insatisfação, desconfiança e, por vezes, hostilidade em relação a líderes, partidos e processos políticos, esse ressentimento tornou-se uma realidade presente em muitas nações. O ressentimento político, muitas vezes, tem suas raízes na percepção de que os interesses e as necessidades da população são negligenciados em prol dos interesses pessoais ou partidários dos políticos no poder. Essa sensação é acentuada pela crença de que os frutos prometidos pela democracia não têm sido colhidos pelos cidadãos dos países ocidentais, dado a intensificação das desigualdades sociais nos últimos anos. Adicionalmente, a corrupção, a falta de transparência e a percepção de que as promessas eleitorais não cumpridas contribuem para uma crescente desilusão entre os cidadãos. Quando a população acredita que suas vozes são ignoradas em favor dos interesses de uma elite política, o ressentimento surge como uma reação de protesto. Esse sentimento de ser traído por aqueles em quem se confiou para a representação cria um terreno fértil para o desenvolvimento e a propagação do ressentimento.

Esse sentimento é também potencializado pela polarização política, que se reflete em uma batalha entre "nós" e "eles". Nesse contexto, as diferenças ideológicas podem ser amplificadas, criando uma atmosfera de confronto constante. Tal cenário não apenas diminui a disposição para o compromisso e para a busca de soluções equilibradas, mas também pode levar a um ciclo de ressentimento mútuo, no qual ambos os lados se sentem justificados em suas animosidades e conflitos.

As redes sociais e a proliferação de informações têm desempenhado um papel crucial no aumento do ressentimento político. A disseminação de notícias falsas pode distorcer a percepção da realidade e reforçar visões negativas sobre os políticos e suas intenções. Além disso, os algoritmos das plataformas digitais tendem a criar bolhas de opinião, nas quais apenas visões semelhantes são reforçadas, alimentando o ressentimento em um ciclo contínuo e coletivo (Ribeiro; Ortellado, 2018).

O que percebemos nos últimos anos é que o ressentimento político não se restringe a um fenômeno individual, mas possui implicações mais amplas para a coesão social e política de uma localidade. A falta de confiança nas instituições políticas pode minar a estabilidade democrática e desencorajar a participação cidadã nos espaços públicos. Ademais, quando os cidadãos se sentem alienados e ressentidos com o processo político, podem optar por se afastar completamente, enfraquecendo o sistema democrático. As consequências do ressentimento político podem ser

profundas e duradouras, visto que a falta de engajamento político pode levar a decisões mal informadas ou unilaterais. Além disso, o ressentimento pode criar um ambiente propício para o surgimento de movimentos e líderes extremistas e antidemocráticos, a exemplo do que ocorre na Europa, América do Norte e América Latina.

No Brasil, esse cenário ganhou destaque nas eleições presidenciais de 2018 com a vitória de Jair Bolsonaro, porta-voz dos ressentidos e descontentes com a política tradicional brasileira. Esses eleitores viam de maneira desesperançosa o futuro do país e da própria democracia, sendo ele uma figura que obteve um forte apoio da população evangélica ao se colocar como defensor da moral e dos bons costumes. Entretanto, a vitória de Lula nas eleições de 2022, para o terceiro mandato, trouxe consigo a promessa de novos tempos à política brasileira, o que levanta a questão: essa vitória representa o fim desse ressentimento político? Visando responder a essa questão, o presente artigo propõe-se a analisar os resultados das eleições de 2018 e 2022, em formato comparativo, relacionando-os com alguns aspectos da realidade social, com o objetivo de compreender o voto à luz da teoria do ressentimento político.

Para uma imersão espacial nesse fenômeno, optou-se por utilizar o recurso de mapas dos bairros da cidade de Natal/RN, capital do Rio Grande do Norte. Essa abordagem permitiu analisar as características gerais do eleitorado, indicando que o ressentimento não se limita apenas às áreas mais excluídas da cidade, mas também está presente em bairros com maiores índices de desenvolvimento e renda, assim como naqueles com forte presença de militares. Para a coleta dos dados das eleições presidenciais de 2018 e 2022, foram utilizados o banco de dados eleitorais do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e informações socioeconômicas dos bairros da cidade.

A discussão sobre o ressentimento político, atrelada aos resultados eleitorais, torna-se uma *proxy* importante para compreender a forma como os eleitores se sentem diante de determinados panoramas sociais e culturais aos quais estão expostos. Além disso, permite uma percepção mais clara sobre a maneira como movimentos e lideranças políticas se inserem no espaço e angariam voto e apoio político. O debate sobre o ressentimento político tem sido basilar para entender o crescimento do iliberalismo dentro da democracia representativa, inclusive no Brasil. Portanto, com o objetivo de traçar o perfil do eleitor natalense em relação à política brasileira, optou-se por analisar uma capital do país, Natal (RN), na região Nordeste. Essa região concentra a maior parcela do eleitorado do PT no país, mas que, nas últimas eleições, tem demonstrado um crescente ressentimento, principalmente nas grandes cidades.

Diante disso, o trabalho foi organizado em quatro partes, sendo a primeira a presente introdução. Na segunda parte, apresentamos o debate sobre os conceitos de ressentimento político,

com o objetivo de ressaltar os aspectos principais da relação entre os eleitores e a democracia liberal. Em seguida, abordamos o contexto político brasileiro, analisando de maneira breve a ascensão do bolsonarismo no Brasil. Por fim, apresentamos dados eleitorais à luz da realidade da capital do Rio Grande do Norte, no que tange os resultados das eleições presidenciais de 2022 e sua comparação com relação às eleições de 2018.

## O RESSENTIMENTO POLÍTICO VERSUS A DEMOCRACIA LIBERAL?

A partir da evolução dos estudos sobre as eleições e seus consequentes resultados, o conceito de ressentimento político tem se tornando fundamental para a compreensão do perfil e do comportamento do eleitorado. Esse conceito relaciona-se diretamente com os resultados eleitorais, buscando compreender as mudanças de direção que, por muitas vezes, são observadas ao se analisar os pleitos eleitorais de forma comparativa. Além disso, ele fornece uma visão micro, quantitativa e qualitativa sobre os aspectos eleitorais e sua integração com fatores socioeconômicos e territoriais (Ferrão, 2019; Rodríguez-Pose, 2018).

Nos anos recentes, com o surgimento de lideranças radicais, principalmente da extrema-direita, que mobilizam massas em torno de pautas *antiestablishment*, esse conceito tornou-se uma ferramenta potente para analisar de maneira mais profunda os resultados eleitorais e a crise que a democracia liberal e seus pilares enfrentam. A democracia liberal tem agora inúmeros porta-vozes que a apontam como um obstáculo impeditivo para a resolução dos problemas cotidianos. As lideranças e partidos tradicionais passam a ser questionados e vistos como atores culpados pela ineficiência de resultados, e a democracia liberal, em conjunto com seus pilares, passa a ser percebida como problema, e não mais a solução. Mounk (2018) aborda como esses questionamentos se tornam latentes nas grandes democracias e em países referência na sua manutenção, como é o caso dos Estados Unidos, que elegeu Donald Trump. Mesmo estando ligado a um partido tradicional da política norte-americana, Trump defendia uma agenda de confronto e *antiestablishment*, promovendo pautas de fechamento econômico, anti-imigração e de confronto às mudanças climáticas.

A eleição de figuras que se posicionam publicamente contra normas constitucionais e a democracia liberal não é um fenômeno isolado, manifestando-se de maneira muito presente em diversos continentes, como Europa, América do Sul e América do Norte. Nesses países, líderes radicais ganham mais poder e influência, bem como maior representatividade política, e suas práticas e discursos conduzem a uma democracia iliberal, um modelo em que os limites constitucionais passam a ser desrespeitados, os direitos e as liberdades básicas são afrontados e o constitucionalismo liberal é continuamente questionado, conforme a visão de Zakaria (1997) e Mounk (2018).

Trazendo de forma breve a conceituação de Zakaria (1997) sobre o que seria a democracia liberal, podemos compreendê-la como um sistema político que tem como marca principal não apenas eleições livres e justas, mas um conjunto de outras regras que, em conjunto, formam o que o autor denomina de constitucionalismo liberal. Entre essas regras, podem ser apontadas: a separação dos poderes, e a proteção às liberdades de manifestação, reunião e propriedade. A democracia liberal seria, portanto, a soma do conceito de democracia com as regras do liberalismo constitucional. Zakaria (ibid) argumenta que a democracia não necessariamente incorpora todas as regras do liberalismo, e que os conceitos de ambos são distintos. Contudo, no Ocidente, o que se observa é que o crescimento de um (liberalismo constitucional) levou ao crescimento do outro (a democracia), e que agora a soma de ambos, a democracia liberal, está em crise.

É possível compreender, a partir da obra de Mounk (ibid.), que os cidadãos, de modo mais geral, esperam que os problemas sociais cotidianos que enfrentam possam ser resolvidos rapidamente. Essas visões ganham maior proeminência quando endossadas por candidatos populistas, já que estes, naturalmente, apresentam propostas superficiais para solucionar problemas que, muitas vezes, transcendem a esfera local. A dificuldade que os líderes tradicionais enfrentam para apresentar soluções para tais problemas podem ser interpretada como má vontade em resolvê-los (Mounk, 2018).

Lançando mão de uma visão mais sociológica, Bauman (2007) também oferece uma análise sobre esses problemas que transcendem fronteiras, ao considerar que, com a globalização, alguns problemas locais, se tornam problemas globais. Estes, por sua vez, não podem ser resolvidos apenas de maneira localizada, o que ampliaria a insatisfação da sociedade em relação às respostas que buscam para seus problemas, se unirmos o seu olhar ao de Mounk (2018). O sociólogo argumenta que uma sociedade aberta e livre enfrenta os seus dilemas, tendo em vista que:

Se a ideia de “sociedade aberta” era originalmente compatível com a autodeterminação de uma sociedade livre que cultivava essa abertura, ela agora traz à mente a maioria de nós a experiência aterrorizante de uma população heterônoma, infeliz e vulnerável, confrontada e possivelmente sobrepujada por forças que não controla nem entende totalmente [...] (Bauman, p. 13, 2007).

A partir da lógica de Bauman (2007), o sentimento de insegurança sobre o futuro e sobre o avanço de pautas que anteriormente eram desconhecidas acaba gerando insatisfação e, de maneira mais específica, uma reação contra a perda de espaço e uma defesa do fechamento. Esse argumento poderia explicar o crescimento dos movimentos anti-imigratórios, principalmente no continente europeu. Tal insatisfação estaria ligada diretamente à globalização negativa, como denominada pelo

sociólogo, mas que perceptivelmente respinga nos governos e nas democracias liberais, tendo em vista os dilemas e conflitos sociais que estas passam a enfrentar.

Partindo para uma linha de pensamento similar, Rodriguez-Pose (2018, p.190, *tradução nossa*) aborda a discussão sobre a “vingança dos lugares que não importam”, conceito utilizado para classificar territórios que passam por um processo de decadência e enfrentam uma situação que reúne diversos fatores de caráter negativo, como: baixo crescimento econômico, aumentos da taxa de desemprego e pobreza. Dessa forma, os eleitores dessas localidades tenderiam a direcionar seu voto para lideranças que detém um caráter mais populista e nacionalista.

Para Rodriguez-Pose (2018), o processo eleitoral seria uma forma de fazer eclodir o ressentimento dessa parcela da população em relação ao desabono territorial que enfrentam. No caso da Europa, esses lugares seriam identificados a partir de cidades que desempenharam um papel industrial e que notaram, com o avanço da globalização, uma deterioração das atividades econômicas e uma consequente queda da qualidade de vida. Resgatando Bauman (2007), podemos aferir que é um dos motivos que colocaria a população frente a uma realidade aterrorizante, a qual ela não deseja enfrentar.

Mas a crise é da democracia ou da democracia liberal? Castells (2018) argumenta que a rejeição não é a democracia em si, mas sim à democracia liberal, tratando-se de um processo de ruptura de um modelo de representação e governança. Nesse modelo, há um crescente sentimento de rejeição dos governados perante os seus governantes. Segundo o autor, as lideranças que surgem para se opor a tal modelo se caracterizam pela negação das formas partidárias existentes e alteram de maneira enraizada a ordem política vista em âmbito local e nacional. Seria, então, um processo global que teria amplos impactos sobre um modelo de regime representativo que conseguiu obter bons resultados para inibir um histórico de guerras e violências (Castells, 2018).

## TEMPOS DE RESSENTIMENTO

Nesse atual cenário político mundial conflitante, observa-se o surgimento de figuras políticas e movimentos sociais com uma inclinação política mais voltada à extrema-direita no espectro político. Isso é evidenciado pelo aumento de votos obtidos por partidos que seguem essa orientação ideológica, os quais passaram a ocupar os espaços que anteriormente eram preenchidos por partidos de direita, centro-direita ou claramente liberais. A ascensão de novos movimentos com tendências xenófobas, *anti-establishment* e ultraconservadores ganharam espaço em países como Alemanha, França, Estados Unidos, Brasil, Hungria, Itália e, recentemente, na vizinha Argentina, com a eleição de Javier Milei.

O conceito de populismo político, assegurado por pensadores como Zakaria (1997) e Weffort (2003), volta à tona e é materializado a partir de figuras como Viktor Orbán na Hungria, Donald Trump nos Estados Unidos, Marine Le Pen na França, Jair Bolsonaro no Brasil, Giorgia Meloni na Itália e Javier Milei na Argentina. Embora não apresentem pautas totalmente alinhadas ou estejam fixos no mesmo polo do espectro político, esses líderes emergem como símbolos desse grupo de indivíduos descontentes e ressentidos que enxergam um futuro pessimista tanto para seus países quanto para a democracia em si.

No entanto, percebe-se que em alguns países o cenário ganhou novos contornos e esse ressentimento foi freado, principalmente com a pandemia da Covid-19, que teve impacto significativo no cenário político global e afetou profundamente a economia mundial, demandando maior participação do Estado em diversos setores. Nessa direção, algumas lideranças que representavam os ressentidos foram derrotadas em grandes democracias liberais, como é o caso de Donald Trump nos Estados Unidos, que perdeu a eleição para o democrata Joe Biden em 2020, e do Brasil, onde Jair Bolsonaro foi derrotado pelo petista Luiz Inácio Lula da Silva nas eleições de 2022.

A resposta dos governos à pandemia, as políticas adotadas e a percepção pública das ações desses líderes desempenharam um papel importante nas mudanças políticas subsequentes. A maneira como Trump atuou na pandemia gerou controvérsia e críticas. Muitos acreditaram que a resposta inicial dos EUA à Covid-19 foi lenta e desorganizada, resultando em uma disseminação mais ampla do vírus, com números alarmantes de óbitos e casos. Mensagens contraditórias e a falta de coordenação também prejudicaram a gestão da crise. Essa resposta menos eficaz à pandemia, juntamente com outras questões políticas e sociais, contribuiu para a derrota de Donald Trump nas eleições presidenciais de 2020. Seu adversário, Joe Biden, conseguiu capitalizar a insatisfação pública com a abordagem da pandemia, prometendo uma resposta mais coerente e baseada em evidências. A vitória de Biden foi vista por muitos como um reflexo da demanda por uma liderança mais responsável durante a crise sanitária. No entanto, nas eleições de 2024 o Trump é vencedor no pleito americano.

No Brasil a abordagem de Bolsonaro à pandemia também gerou polarização. Inicialmente, ele minimizou a gravidade do vírus e criticou medidas de isolamento social e restrições, o que levou a críticas tanto internas quanto externas. Além disso, ele foi um porta-voz de uma campanha de desconfiança sobre a eficácia da vacinação, o que resultou no atraso da compra, na distribuição e no interesse da população em participar das campanhas de vacinação contra a Covid-19. A postura de Bolsonaro contribuiu para uma resposta fragmentada à pandemia no Brasil, com governos estaduais e municipais adotando estratégias diversas e conflitantes, além do alto número de vítimas fatais acometidas pela doença. A gestão controversa da crise sanitária, aliada a preocupações econômicas

e outros fatores políticos, contribuíram para a queda da popularidade de Bolsonaro, mesmo que a implementação do Auxílio Emergencial pelo Congresso Nacional tenha reduzido os efeitos socioeconômicos negativos do cenário pandêmico.

A figura de Jair Bolsonaro ganhou projeção política no Brasil em um contexto em que os movimentos sociais clamavam por ampliação dos direitos sociais, ao mesmo tempo em que pautavam o combate à corrupção e o antipetismo. Tais sentimentos foram intensificados após a Operação Lava Jato, que identificou desvio de recursos públicos de empresas estatais, como a Petrobras, para financiamento de campanhas eleitorais de diversas lideranças políticas, principalmente do Partido dos Trabalhadores (PT) e partidos da base aliada.

Posteriormente, o *impeachment* da então presidente Dilma Rousseff, do PT, que, em seu segundo mandato, rompeu com a aprovação que havia conquistado em anos anteriores, resultou em mais um capítulo de crise no cenário político brasileiro pós-movimentos de 2013 (Avritzer, 2016). A queda da popularidade da ex-presidente Dilma foi causada principalmente por uma recessão histórica da economia brasileira, que fez com que índices socioeconômicos como inflação, desemprego e a pobreza aumentassem exponencialmente no Brasil, ameaçando os ganhos sociais dos governos petistas. Somados esses eventos, a receita do ressentimento estava pronta: partidos tradicionais descredibilizados e desesperança na economia crescente. Tais fatores abriram espaço para a ascensão de Bolsonaro como candidato antissistema.

Bolsonaro, muitas vezes apelidado de "mito" por seus apoiadores, introduziu uma narrativa política radicalmente diferente das eleições anteriores. Suas marcas de construção de imagem incluíam: o posicionamento a favor do militarismo e do armamentismo; a postura contra as minorias; o discurso *anti-establishment*; e uma defesa clara do período de ditadura militar, o que lançava descrédito sobre a efetividade da democracia brasileira. Além disso, ele se valia de visões moralmente conservadoras (em defesa da família, contrário ao aborto e à agenda LGBTQIA+) e de um discurso de compromisso com o combate à corrupção, contrastando, inclusive, com o fato de haver pessoas em seu círculo familiar e partidário envolvidas em questões de desvio de recursos públicos e com seu longo histórico de mais de 28 anos como deputado. Ele rapidamente se tornou um protagonista político, sustentando que os problemas do Brasil eram de fácil resolução, o que nos remete à análise de Mounk (2018) sobre tais figuras.

A compreensão desse cenário nos leva a questionar os motivos que permitiram que um perfil de candidato com discursos elogiosos a regimes autoritários se tornasse uma liderança representativa, apoiada pela população, em uma democracia que parecia estar se consolidando, como é o caso do Brasil. Esse debate ecoa na ciência política, na qual a mera realização de eleições

livres e justas não parece ser suficiente para categorizar um regime como democrático, contrariando as visões clássicas de democracia de autores como Schumpeter (1942) e Przeworski (1999; 2020). Autores como Dahl (1996), Zakaria (1997), Mainwaring, Brinks e Pérez-Linã (2001) e Castells (2018) ampliam essa perspectiva ao argumentarem que a existência de uma base mínima de direitos sociais, políticos e civis é essencial para classificar um regime como democrático. Isso se torna ainda mais relevante à medida que líderes eleitos passam a minar abertamente as normas constitucionais e institucionais de seus países, ganhando influência e representatividade política. Mounk (2018) também destaca que essas lideranças compartilham características similares, apresentando-se como vendedores de soluções fáceis para problemas complexos e históricos, condição que se fortalece graças à conexão com uma população ressentida em relação à política e aos seus representantes tradicionais.

A democracia liberal, que por décadas serviu como o pilar fundamental dos sistemas políticos em muitas partes do mundo, enfrenta uma crise de confiança e estabilidade sem precedentes. Essa crise é multifacetada e reflete uma combinação de desafios sociais, econômicos e políticos que ameaçam minar os princípios democráticos e liberais construídos ao longo do tempo (Mounk, 2018; Eatwell; Goodwin, 2020). Um dos aspectos centrais dessa crise é a crescente desigualdade econômica e social. Segundo Relatório de Desigualdade Mundial (2021)<sup>1</sup>, os 10% mais ricos da população global controlavam 76% da riqueza mundial naquele ano. À medida que a lacuna entre os mais ricos e os mais pobres se aprofunda, as vozes daqueles que se sentem excluídos ou marginalizados tendem a ser sufocadas. A desigualdade não apenas compromete a capacidade dos cidadãos de participar plenamente do processo democrático, como também alimenta o descontentamento e a desconfiança nas instituições que deveriam representá-los. Somando a isso, a iminência de guerras ou crises sociais em países da Ásia, África e América Latina, como Síria, Afeganistão, Irã, Israel, Venezuela e Níger, tem intensificado a crise migratória, que se tornou pauta política e fator de divisão social, especialmente em países da Europa.

Além disso, o fenômeno do populismo tem emergido como um desafio significativo para a democracia liberal. Líderes populistas frequentemente capitalizam o descontentamento popular. No entanto, essa estratégia costuma envolver a demonização das instituições democráticas existentes, minando a confiança pública nelas. O populismo também pode polarizar as sociedades e dificultar o diálogo construtivo necessário à tomada de decisões informadas. A proliferação de desinformação e notícias falsas nas mídias sociais agravou ainda mais esse quadro. A manipulação da informação pode

---

<sup>1</sup> World Inequality Report, 2022. Disponível: < <https://wir2022.wid.world/>>.

distorcer a percepção pública da realidade, minando a capacidade dos cidadãos de tomar decisões informadas e baseadas em fatos. A confiança na mídia tradicional também tem sido erodida, criando um vácuo de informações confiáveis.

O enfraquecimento das normas democráticas também é um sintoma preocupante da crise. Líderes que desrespeitam a independência dos tribunais, atacam a liberdade de imprensa e ignoram as regras estabelecidas minam os alicerces da democracia. Esses discursos, de modo geral, encontram eco nos extremos políticos, com representantes tanto na extrema direita quanto na extrema esquerda. A ascensão de modelos autoritários em algumas partes do mundo demonstra como líderes que centralizam o poder podem atrair aqueles que anseiam por ordem e estabilidade em tempos de incerteza, especialmente quando o passado parece oferecer uma sensação de bem-estar maior do que a expectativa em relação ao futuro.

Mounk (2018) explora a crescente intolerância e a fragmentação social como fatores que ameaçam a coesão social necessária para uma sociedade democrática saudável. Ele analisa como a polarização política e a retórica divisível têm minando a capacidade de diferentes grupos dialogarem e encontrar terreno comum, alimentando um ambiente de desconfiança e hostilidade. Esse processo inclui ataques contínuos ao Judiciário, à imprensa e aos instrumentos eleitorais, produzindo um cenário em que a democracia liberal, defensora de valores amplamente conhecidos, é constantemente vilanizada e apontada, por figuras contrárias ao liberalismo social, como a causadora dos problemas contemporâneos.

Eatwell e Goodwin (2020) afirmam que, longe de estar próxima do fim, estamos apenas no início de uma nova era de fragmentação e perturbação política, “uma vez que os laços entre as pessoas e os partidos tradicionais se desgastam e mudanças étnicas e desigualdades sem precedentes continuam a ocorrer em ritmo acelerado” (Eatwell; Goodwin, 2020, p.26). Os autores não demonstraram otimismo em relação aos anos subsequentes, defendendo que o fenômeno que denominaram de nacional-populismo não constitui um protesto passageiro, argumento que ganha materialidade com o retorno de Donald Trump à presidência dos Estados Unidos nas eleições de 2024.

Nesse contexto, bandeiras como a defesa dos valores fundamentais, a adoção de uma abordagem mais inclusiva envolvendo cidadãos de todas as esferas sociais, a proteção das minorias, o fortalecimento da coesão social e o combate à desigualdade foram levantadas por aqueles que se opunham ao governo de Bolsonaro. Os desejos de mudança nas políticas sociais, ambientais, econômicas, na gestão da pandemia e nas políticas públicas, aliados ao fortalecimento das instituições, de modo que os valores democráticos fossem preservados e fortalecidos, tornaram-se a

plataforma de campanha do ex-presidente Lula, que defendia, inclusive, a formação de uma ampla aliança pela democracia.

Lula que em 2018, foi condenado e preso, num processo marcado por polêmicas e debates intensos sobre sua legalidade, tornou-se inelegível naquele pleito. Em seu lugar, Fernando Haddad, ex-prefeito de São Paulo, foi escolhido como candidato do PT, mas que não obteve êxito, resultando na vitória de Bolsonaro (Almeida et al, 2021). A liberdade de Lula ocorreu em 2019, quando o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu que a prisão de condenados em segunda instância não é obrigatória, abrindo caminho para sua soltura após 580 dias de detenção. Esse foi o marco inicial de seu retorno à política, projetando sua participação nas eleições de 2022 e seu discurso de oposição a Bolsonaro.

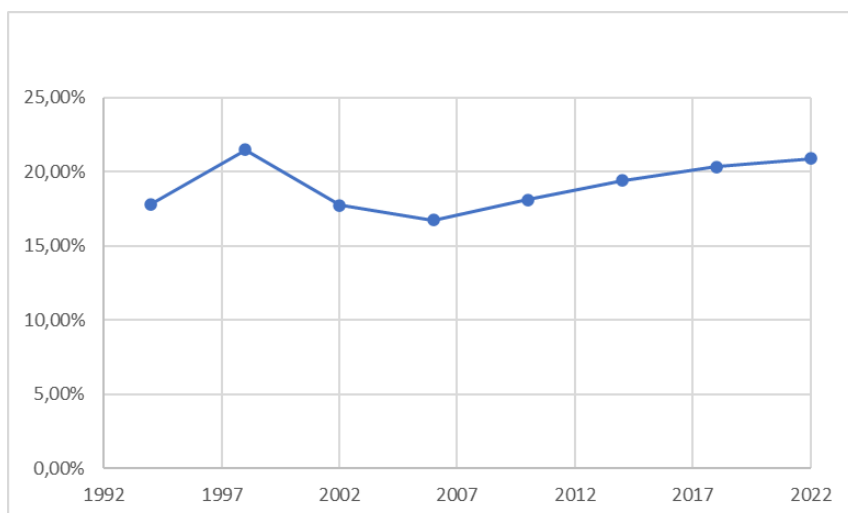
O então líder petista tornou-se naturalmente, o candidato do partido para enfrentar Bolsonaro, buscando construir uma aliança com setores diversos da sociedade. Para isso, escolheu como vice o ex-governador de São Paulo, Geraldo Alckmin, um histórico e influente líder tucano. A mensagem era clara: Lula buscava sinalizar aos setores conservadores e moderados que, embora não necessariamente adeptos de sua figura, não desejavam a continuidade do governo Bolsonaro. Tratava-se do renascimento político do ex-presidente, conduzido pelo desgaste do governo Bolsonaro em razão da crise sanitária somada ao discurso antidemocrático do Executivo. Isso culminou na criação de uma Frente Ampla em defesa da democracia brasileira, que buscava conciliar diferentes grupos sociais e fortalecer a democracia por meio da vitória de uma aliança comprometida com um Brasil mais progressista, sustentável e governado em prol de uma nação plural e diversa.

#### ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO BRASIL E EM NATAL 2018 E 2022

O declínio da participação eleitoral tem afetado muitos países ao redor do mundo, demonstrando que, ainda, há sintomas do ressentimento no Brasil, apesar da vitória de Lula em 2022. Fica claro que a polarização persiste, explicitada, inclusive, com a tentativa de golpe realizada no dia 08 de janeiro de 2023 na capital federal. Como afirma Przeworski (2020, p.25) "A participação eleitoral está em declínio em muitos países, atingindo níveis inéditos. A confiança nos políticos, nos partidos, nos parlamentares e nos governos despenca." Esse declínio manifesta-se de diversas maneiras, desde a abstenção nas eleições até o crescente número de votos nulos e brancos. Uma das razões-chave para o declínio eleitoral é o próprio ressentimento com a política, quando os eleitores sentem que seus votos não farão diferença real ou que todos os políticos são igualmente problemáticos. Com a polarização, que vem acometendo o país de forma mais latente desde a eleição de 2014, os eleitores não veem chances reais de vitória para candidatos ou partidos que representem efetivamente suas visões e interesses, o que pode levar à apatia eleitoral.

Em termos numéricos, a abstenção, que se refere à porcentagem de eleitores registrados que não compareceram para votar nas eleições, tem crescido ano a ano desde 2006. Nas eleições presidenciais de 2018, alcançou 20,3%, o que correspondeu no primeiro turno a 29,9 milhões de votantes que se abstiveram. Esse número continuou a subir no primeiro turno das eleições presidenciais de 2022, onde mais de 32 milhões de eleitores não compareceram às urnas. O nível de abstenção alcançou 20,95% do eleitorado, sendo o mais alto desde as eleições de 1998, quando 21,5% do eleitorado não votou. É de conhecimento que nas eleições municipais, a abstenção tende a ser mais baixa, pois os eleitores muitas vezes se sentem mais conectados às questões locais. Já em eleições presidenciais, a abstenção pode ser maior, devido à natureza mais abstrata das questões nacionais. Podemos inferir que, além da crise política, a crise sanitária da pandemia da Covid-19, pode ter influenciado a taxa de abstenção. Abaixo, podemos observar um gráfico que apresenta a evolução da abstenção no 1º turno das eleições presidenciais brasileiras.

Gráfico 01 - Evolução da abstenção eleitoral no Brasil por anos no primeiro turno das eleições presidenciais



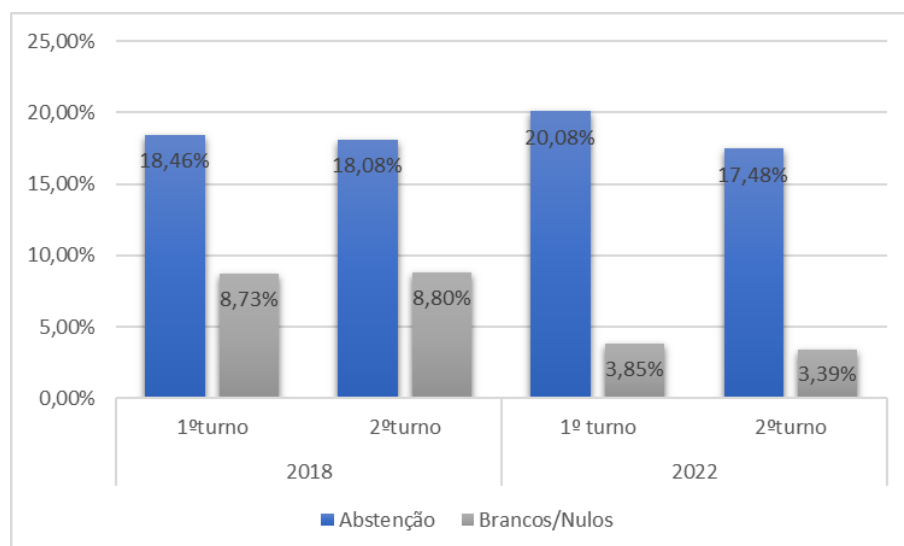
Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (Brasil, 2022).

Passando para uma análise do segundo turno da eleição presidencial, constata-se que 2022 apresentou uma queda muito tímida da abstenção entre os dois turnos de votação. Com a totalidade das urnas apuradas, 20,59% dos eleitores não compareceram para votar, 0,36 pontos percentuais

abaixo do registrado no primeiro turno (20,95%). Este pleito torna-se também a eleição com o maior número de votos apurados na história brasileira desde a redemocratização em 1988, segundo o TSE.<sup>2</sup>

Trazendo um olhar micro e adentrando na cidade de Natal, que se constitui como objeto de análise deste artigo, constata-se um movimento similar em termos da queda de abstenção entre o 1º e o 2º turno. Na capital potiguar, mais de 117 mil eleitores deixaram de votar nas eleições presidenciais, o que representa 20,8% do eleitorado no 1º turno. Essa estatística se reduziu para 102 mil eleitores no segundo turno, representando uma fatia menor do eleitorado (17,48%). Outro movimento interessante que se observa em Natal é a breve redução também dos votos brancos e nulos entre os turnos, como pode ser visto no gráfico abaixo.

Gráfico 02- Abstenção, nulos e brancos nas eleições presidenciais 2022 no 1º e 2º turno das eleições em Natal



Fonte: Elaborado pelos autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (Brasil, 2022).

No que se refere à realização das eleições na capital, é importante destacar que Natal conta com cinco zonas eleitorais e um total de 585.323 eleitores aptos a votar, segundo dados do TSE (2022).

<sup>2</sup> Dados obtidos através da entrevista concedida pelo presidente do Tribunal a época da eleição de 2022, Ministro Alexandre de Moraes, retirados do site O Globo. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/10/alexandre-de-moraes-faz-balanco-da-eleicao-apos-vitoria-de-lula.ghtml>.

Historicamente, o PT obteve vitória em quatro pleitos eleitorais presidenciais (1989, 2002, 2006 e 2014), perdendo apenas em 2010, quando o candidato do PSDB, José Serra, venceu a disputa na capital no 2º turno, e em 2018, quando Jair Bolsonaro, filiado ao PSL, venceu a disputa em ambos os turnos da capital, perdendo no 2º turno apenas na 4ª zona eleitoral de Natal, onde Haddad logrou êxito. (Almeida et al, 2021).

Para uma compreensão das eleições de 2018 e 2022 em Natal, optamos por espacializar, a partir dos 36 bairros<sup>3</sup>, a votação dos candidatos presidenciais. Em 2018, a votação do candidato Jair Bolsonaro em Natal no segundo turno foi de 220.770 votos (52,98%), sendo a votação mínima de 602 votos e a votação máxima de 27.371 votos, considerando a análise por bairros da cidade. Já o candidato Fernando Haddad teve uma votação 195.938 (47,02%) votos, sendo a votação mínima obtida em um bairro de 638 votos e a votação máxima de 24.065 votos. No entanto, nas eleições de 2022, o cenário eleitoral sofreu uma mudança na preferência do eleitorado. O então presidente Jair Bolsonaro, pleiteando a reeleição, teve 219.306 votos (47,4%) com a votação mínima de 573 e a máxima de 25.490, votação proporcionalmente parecida com a do candidato Fernando Haddad nas eleições de 2018. Na busca do terceiro mandato, Lula obteve 246.881 votos (52,96%), sendo a mínima de 793 e máxima 28.515 votos, o que chama a atenção para a reviravolta dos interesses dos eleitores natalenses quando comparada às duas últimas eleições presidenciais.

Nas disputas eleitorais de 2018 e 2022, é possível dizer que o natalense já tinha decidido desde o primeiro turno a sua preferência, tendo em vista que Bolsonaro (2018) e Lula (2022) lideraram a votação na cidade nos dois turnos. A diferença entre ambos os pleitos se assenta na diferença do 2º colocado. No 1º turno de 2018, a eleição na capital teve como segunda força a candidatura de terceira via do pedetista Ciro Gomes, que ocupou o 2º lugar, enquanto em 2022, a eleição na capital, desde a primeira volta, se polarizou entre Bolsonaro e Lula. Em termos percentuais, os resultados das eleições em 2018 foram os seguintes: Jair Bolsonaro (PSL) 44,42%; Ciro Gomes (PDT) 23,57%; Fernando Haddad (PT) 22,8%; e Geraldo Alckmin (PSDB) 2,76%. Já em 2022, o resultado foi o seguinte: Lula (PT) 50,15%; Bolsonaro (PL) 42,01%; Ciro Gomes (PDT) 4,11% e Simone Tebet (MDB) 2,97%. Observa-se, então, que a polarização em Natal aumentou em 2022 ao se olhar de maneira comparativa com a eleição antecedente, tendo em vista que a votação dos demais candidatos não alcançou sequer a parcela de 10% dos votantes.

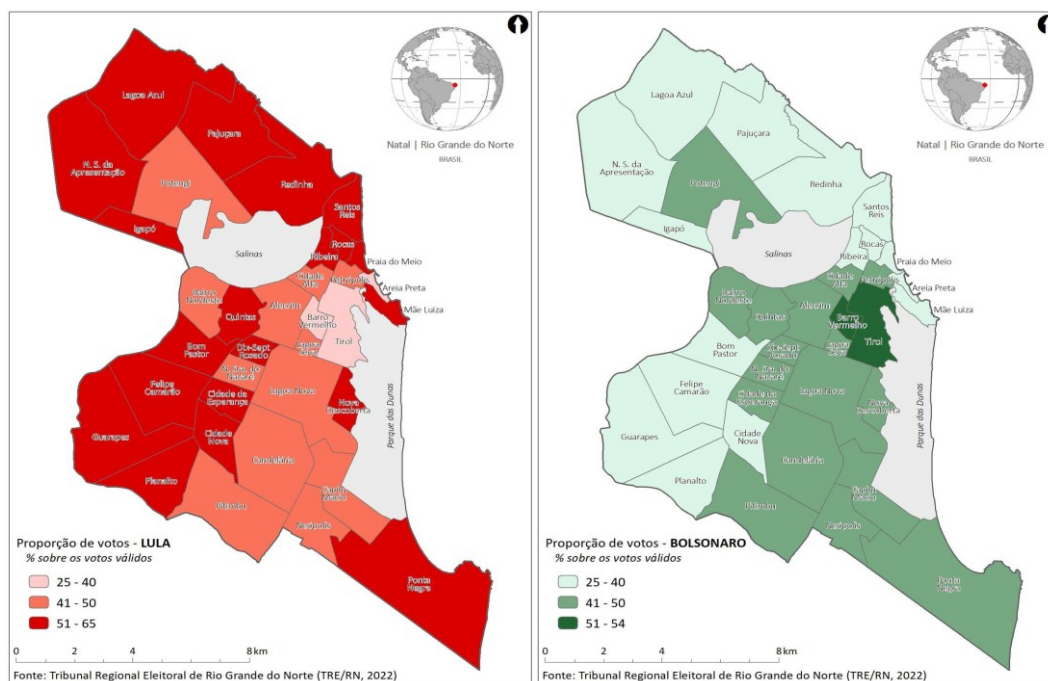
---

<sup>3</sup> Os bairros de Areia Preta e Salinas não apresentam zona eleitoral dentro de sua circunscrição, não tendo deste modo resultados eleitorais. Assim, a cidade do Natal conta com 36 bairros, sendo que 34 deles apresentam seções eleitorais.

Ao observar a votação de maneira espacializada a partir dos bairros da cidade, evidencia-se que a votação do candidato Lula no 1º turno foi proporcionalmente maior nos bairros de Guarapes (65,7%) e Mãe Luiza (62,9%), respectivamente localizados na zona oeste e leste da cidade. A zona leste da cidade também abriga os dois únicos bairros nos quais o candidato Bolsonaro obteve a sua maior proporção de votos, sendo 52,8% no Barro Vermelho e 53,9% em Tirol. De um modo geral, a votação de Bolsonaro foi maior que a de Lula em apenas quatro bairros da cidade (Tirol, Barro Vermelho, Petrópolis e Lagoa Nova).

É interessante analisar que Tirol e Mãe Luiza votaram de maneira diferente (como pode ser visto nos mapas abaixo), apesar de integrarem a mesma zona administrativa da cidade. Esses bairros apresentam uma realidade socioeconômica distinta, tendo Tirol um valor de rendimento nominal médio mensal de 6.46, enquanto em Mãe Luiza esse valor é de apenas 0.87, sendo a média geral de Natal de 1.78 (Natal, 2017). Assim, é possível inferir que a maioria de votos de Bolsonaro nos referidos bairros nos quais ele obteve mais de 50% dos votos no 1º turno pode estar atrelada ao perfil econômico mais elevado de renda dos votantes, assim como à proximidade de Tirol e Barro Vermelho com bases militares que estão localizados na região.

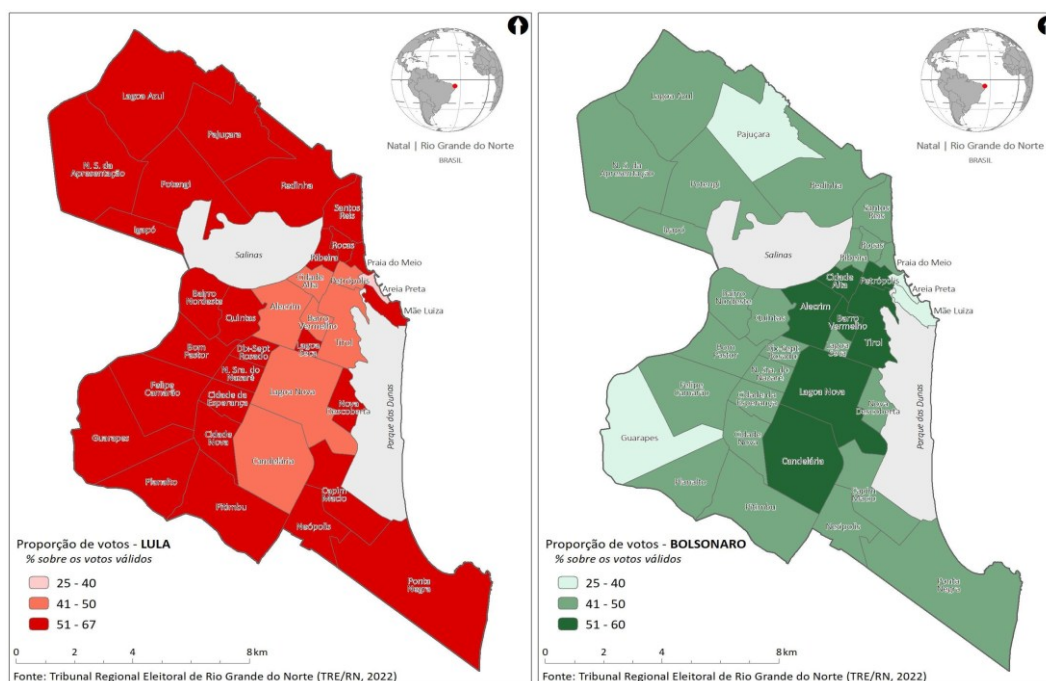
Mapa 1 - Votação de Lula e Bolsonaro nos bairros de Natal no 1º turno das eleições presidenciais em 2022



No que diz respeito ao 2º turno das eleições, os dados obtidos revelam que Lula perdeu em apenas sete bairros da capital, sendo eles: Tirol (40,1%), Barro Vermelho (42,1%), Petrópolis (47,7%), Lagoa Nova (48,3%), Candelária (46,4%), Alecrim (49,5%) e Cidade Alta (49,8%), tendo obtido uma vitória em vinte e sete bairros de Natal.

A maior votação proporcional do candidato petista foi encontrada novamente nos bairros de Guarapes (67,1%) e Mãe Luiza (66,5%), assim como observado no 1º turno das eleições. Já os bairros de Tirol e Barro Vermelho também conferiram as maiores votações proporcionais do candidato Jair Bolsonaro, que obteve 59,9% e 57,9% dos votos, respectivamente, em ambos os bairros. Observa-se de modo macro, analisando a partir das zonas administrativas, que a candidatura de Lula conseguiu uma imersão homogênea nos bairros localizados na zona norte e oeste da capital potiguar, enquanto Bolsonaro conseguiu um melhor resultado nas zonas administrativas sul e leste.

Mapa 2 - Votação de Lula e Bolsonaro nos bairros de Natal no 2º turno das eleições presidenciais em 2022

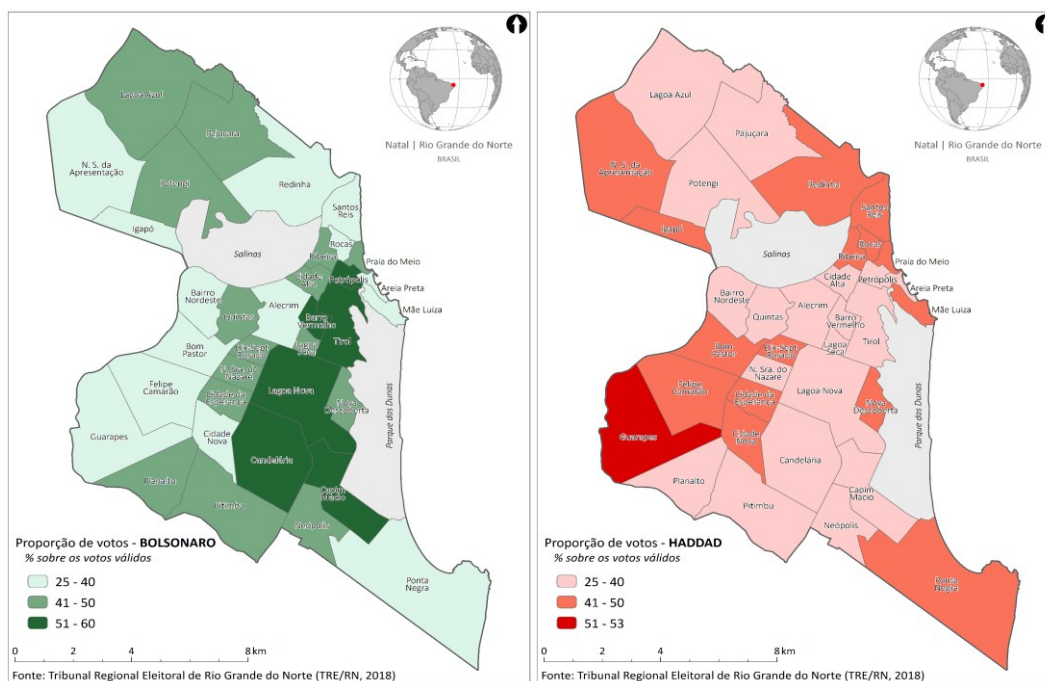


No segundo turno das eleições, foi possível identificar a vitória de Lula, que se concentrou em todas as zonas eleitorais da cidade, diferente de Haddad nas eleições de 2018, que obteve vitória apenas na 4ª zona eleitoral da cidade. Dessa forma, é possível perceber a vitória do candidato do PT em todas as zonas eleitorais da capital potiguar: 1ª zona: Lula 54,52% x Bolsonaro 45,48%; 2ª zona: Lula 50,27% x Bolsonaro 49,73%; 3ª zona: Lula 50,05% x Bolsonaro 49,95%; 4ª zona: Lula 55,4% x

Bolsonaro 44,6%; e 6ª zona: Lula 55,27% x Bolsonaro 44,73%. É importante ressaltar que ocorreu uma disputa acirrada em duas zonas eleitorais (2ª e 3ª), variando de uma maioria menor que 0,1% e 0,5%, respectivamente, de Lula para Bolsonaro. Dessa forma, encontramos uma forte correlação entre o grau de competitividade do voto em cada área da cidade com a distribuição das características socioeconômicas da população do município.

Uma análise comparativa das eleições de 2018 e 2022 nos permitem inferir que o resultado obtido pelo petista Fernando Haddad em 2018 foi alterado com a vitória de Lula nas eleições de 2022, que conseguiu ter uma maior penetração em todas as zonas administrativas do município, recuperando o eleitor outrora perdido nas regiões mais vulneráveis socioeconomicamente, e talvez ressentido com o PT. Somado a tal feito, vale destacar que a candidatura de Lula também teve uma maior penetração em bairros de classe média alta da cidade, tendo em vista a vitória do petista em 2022 nos bairros de Ponta Negra e Capim Macio, onde Bolsonaro tinha logrado êxito em 2018. Vale ressaltar também que Lula obteve uma votação expressiva (acima de 40% dos votos válidos) até mesmo nos bairros em que Bolsonaro obteve a maior votação, tendo uma média de 46,2% dos votos válidos.

Mapa 3 - Votação de Bolsonaro e Haddad nos bairros de Natal no 2º turno das eleições presidenciais em 2018.



A partir dos achados da pesquisa, evidencia-se que o eleitor em Natal pode ter apresentado um recuo em seu ressentimento ao votar no candidato petista Luiz Inácio, considerando uma aposta

em seu bom desempenho anterior como presidente, nos períodos de 2002 a 2010, dada a insatisfação com os rumos econômicos e políticos aos quais o Brasil estava imerso com a falta de resultados da gestão Bolsonaro. O voto de confiança do eleitor natalense no atual presidente Lula pode caracterizar uma reação de preocupação com os ataques à democracia brasileira, em especial, às instituições democráticas.

No entanto, não se trata do fim da polarização, tendo em vista a disputa acirrada tanto em âmbito nacional, como em Natal – cidade objeto do artigo. A análise do comportamento do eleitorado natalense na eleição de 2022 ressaltou que Bolsonaro ainda tem liderança distribuída em diversas localidades, não só em regiões de periferia, contemplando diferentes perfis socioeconômicos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Constatamos, a partir da análise aqui desenvolvida, que o aumento da participação eleitoral, evidenciado na redução das taxas de abstenção e na diminuição dos votos brancos e nulos, assim como a formação de uma frente ampla com partidos tradicionais da política brasileira de centro-esquerda (PT) e centro-direita (MDB) no 2º turno, consagrou a vitória de Lula em 2022 contra Bolsonaro. Este último continuou sustentando um discurso nacionalista e antissistema, mesmo que esses aspectos sejam contraditórios quando analisadas a sua trajetória pessoal e familiar, marcadas por longos períodos de permanência em cargos públicos, e a sua forte defesa, assim como de seu grupo de apoiadores, as recentes medidas restritivas de Donald Trump à economia brasileira.

Mesmo com a vitória do líder petista, os dados da eleição mostram que a polarização entre a esquerda e a extrema-direita no Brasil continua, tanto pela via do discurso político-partidário, quanto pela manutenção do bolsonarismo como um movimento político organizado nos espaços de poder, mostrando-se presente mesmo sem a personificação de Bolsonaro como líder principal, tendo em vista a sua atual inelegibilidade. De tal forma, é possível dizer que o ressentimento no Brasil não cessou, mas encontrou uma frente ampla capaz de impor um freio ao seu avanço.

A discussão sobre o ressentimento político, atrelada aos resultados eleitorais, torna-se uma *proxy* importante para compreender a forma como os eleitores se sentem diante a determinados panoramas sociais e culturais aos quais estão expostos. Além disso, permite uma percepção mais clara sobre a maneira como movimentos e lideranças políticas se inserem no espaço e angariam voto e apoio político. O debate sobre o ressentimento político tem sido basilar para entender o crescimento do iliberalismo dentro da democracia representativa, não apenas no Brasil, mas em outros países do mundo.

Ao analisar os resultados de maneira comparada, percebe-se que a candidatura de Lula conseguiu penetrar de forma mais profunda na capital potiguar do que a candidatura do Fernando Haddad nas eleições de 2018. Vale ressaltar que, como nos lembra Rodriguez-Pose (2018), uma das explicações para o surgimento do ressentimento estaria atrelada à ideia de que o futuro era incerto e que o passado era mais animador, inclusive em termos de qualidade de vida e aspectos econômicos. Ao trazer a análise feita por Rodriguez-Pose (2018) na Europa para a realidade brasileira, poderíamos analisar que a figura de Lula, que foi presidente da república duas vezes, obtendo bons resultados socioeconômicos em seus dois governos, pode ter despertado junto à população, outrora ressentida, uma segurança de que os tempos de bonança econômica poderiam retornar, discurso, inclusive, enfatizado pela própria campanha do petista de seu retorno como chefe do executivo brasileiro.

Dessa forma, a eleição de Lula trouxe uma perspectiva de esperança sobre um futuro econômico melhor, conseguindo frear o ressentimento, mesmo que não seja possível dizer que ele tenha cessado em sua totalidade. Isso se deve ao fato de que, por outro lado, percebemos que o clima de polarização no cenário político brasileiro não diminuiu, sendo visto de maneira crescente, principalmente no segundo turno das eleições presidenciais brasileiras, e como uma constante no período pós-eleitoral.

A pergunta que ainda pode restar é sobre a representação de Lula. Seria ele a representação da esperança e o grande vencedor contra o ressentimento que levou Bolsonaro ao poder? De maneira geral, ainda é cedo para chegar a essa conclusão, tendo em vista que os líderes que surgem neste polo não apenas fomentam uma polarização, por muitas vezes violenta, mas também atacam a democracia liberal, tentando colocar em questionamento a credibilidade das instituições democráticas e as regras do jogo, como fez o ex-presidente Bolsonaro durante a campanha eleitoral, assim como os seus apoiadores, após o resultado do pleito, no fatídico 08 de janeiro. Mesmo que Lula tenha vencido a eleição com um amplo e diverso leque de apoio e defendido a sua candidatura, é o seu desempenho governamental que poderá fortalecer a democracia, demonstrando que ela é a solução e não o problema da sociedade brasileira.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lindijane Bento; BARROS, Terezinha C. de Albuquerque Neta; MACEDO, Jaylan Ferreira. O ressentimento do eleitor natalense nas eleições presidenciais de 2018. *Cadernos Metrópole*, v. 23, p. 445-468, 2021.

AVRITZER, L. Impasses da democracia no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

- BAUMAN, Zygmunt. *Tempos líquidos*. Trad. Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2007.
- CASTELLS, M. *Ruptura: a crise da democracia liberal*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.
- DAHL, R. A Democracia Poliárquica. In: DAHL, R. *Prefácio à teoria democrática*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.
- EATWELL, Roger; GOODWIN, Matthew. *Nacional-populismo: a revolta contra a democracia liberal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2020.
- FERRÃO, João. Para uma geografia com todos os lugares: reflexões a partir do caso europeu. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina Célia de. *Produção do espaço: emancipação social, o comum e a "verdadeira democracia"*. Rio de Janeiro: Consequência, 2019. p. 55-72, 2019.
- MAINWARING, S.; BRINKS, D.; PÉREZ-LIÑÁN, A. Classificando Regimes Políticos na América Latina. *Dados*, v. 44, n. 4, p. 645-687, 2001.
- MOUNK, Y. *The people vs. democracy: why our freedom is in danger and how to save it*. Cambridge: Harvard University Press, 2018.
- NATAL. *Anuário de Natal 2017-2018*. Disponível em: [https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Anuario/Anuario\\_2017.pdf](https://www.natal.rn.gov.br/storage/app/media/sempla/Anuario/Anuario_2017.pdf). Acesso em: 25 maio 2023. 2017.
- PRZEWORSKI, A. Minimalist conception of democracy: a defense. *Democracy's value*, v. 23, p. 12-17, 1999.
- PRZEWORSKI, A. *Crise da democracia*. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- RIBEIRO, Márcio Moretto; ORTELLADO, Pablo. O que são e como lidar com as notícias falsas. *SUR – Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, n. 27, p. 201, 2018.
- RODRÍGUEZ-POSE, A. The revenge of the places that don't matter (and what to do about it). *Cambridge Journal of Regions, Economy and Society*, v. 11, n. 1, pp. 189-209, 2018.
- SCHUMPETER, J. A. *Capitalism, socialism and democracy*. Nova York: Harper & Row, 1942.
- WEFFORT, F. C. *O populismo na política brasileira*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- ZAKARIA, F. The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs*, v. 76, p. 21-22, 1997.

## Dados de autoria

Terezinha Cabral de Albuquerque Neta Barros

Doutora pela Universidade Federal de Pernambuco no Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Professora efetiva da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte, lotada no departamento Ciências Sociais e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais e Humanas ( PPGCISH). Assessora da Pró-Reitoria de Extensão (2023- atual). Coordenadora do Núcleo de Políticas Públicas (UERN). Líder do Grupo de

Pesquisa: Informação, Cultura e Práticas Sociais- Bits. Bolsista de Produtividade da UERN (2024-2025). Pesquisadora INCT-Labplan (Coordenadora do Eixo 3). E-mail: [terezinhacabral@uern.br](mailto:terezinhacabral@uern.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1829-9413>.

#### Lindijane de Sousa Bento Almeida

Doutora em Ciências Sociais (2006), Mestre em Ciências Sociais (2001) e Bacharel em Ciências Sociais (1998), com habilitação em Sociologia e Ciência Política. Professora Titular da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). É bolsista de produtividade em pesquisa pelo CNPq. Lotada no Instituto de Políticas Públicas, atuando no Curso de Graduação em Gestão de Políticas Públicas e no Programa de Pós-Graduação em Estudos Urbanos e Regionais. Atualmente, ocupa o cargo de Diretora do Instituto de Políticas Públicas (2022-2026); coordenadora do Laboratório de Planejamento Urbano e Regional (LABPLAN) e do grupo de pesquisa Estado e Políticas Públicas; Diretora de Pesquisa da Associação Nacional de Ensino, Pesquisa e Extensão do Campo de Políticas Públicas (2025-2027); membro da Diretoria da ANPUR (2025-2027); membro do Comitê Gestor do INCT-LABPLAN da UFRN. E-mail: [lindijane.almeida@ufrn.br](mailto:lindijane.almeida@ufrn.br). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8520-3530>.

#### Jaylan Marlom Ferreira de Macedo

Mestre em Estudos Urbanos Regionais (UFRN). Especialista em Administração Pública e Gestão de Cidades Inteligentes (UNINTER). Bacharel em Gestão de Políticas Públicas (UFRN). Pesquisador Bolsista de Controle Social - Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, Tecnologia e Inovação do Estado do Rio Grande do Norte (FUNCITERN). E-mail: [jaylanfmacedo@gmail.com](mailto:jaylanfmacedo@gmail.com). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7239-5932>.